Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em 29/04/25
Protocolo

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
29/04/25
Edson Souza
Vereador • 1º Secretário

REQUERIMENTO Nº 201 , DE 2025.
(Proponente: Comissão de Saúde e Assistência Social)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

A Comissão de Saúde e Assistência Social, nos termos que regem o art. 64, XI do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, seja encaminhado expediente à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando as seguintes informações:

1. Quais Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) do Município estão credenciadas junto ao Ministério da Saúde?
2. Qual é o custo mensal de manutenção de cada uma dessas Unidades de Pronto Atendimento?
3. Existe previsão ou estudos para a construção de uma quarta Unidade de Pronto Atendimento no Município?
4. Caso alguma UPA não esteja credenciada junto ao Ministério da Saúde, quais os motivos e quais medidas estão sendo adotadas para regularização?
5. Qual a origem dos recursos utilizados para o custeio das UPAs (especificar valores provenientes do Município, Estado e União)?
6. Qual a média de atendimentos mensais realizados em cada UPA?
7. Em caso de construção de uma nova UPA, já há estudos quanto à localização mais adequada? Se sim, qual região do Município seria contemplada?

É o que requer. Sala da Comissão de Saúde e Assistência Social.
Cascavel, 28 de abril de 2025.

Edson Souza	**Rondinelle Batista**	**Cidão da Telepar**
Vereador/MDB/Presidente	Vereador/NOVO/Secretário	Vereador/PODEMOS/Membro

Justificativa

O presente requerimento objetiva dirimir dúvidas sobre o credenciamento e o valor do custeio mensal das Unidades de Pronto Atendimento do Município, bem como saber se há a possibilidade de o Município construir uma nova Unidades de Pronto Atendimento.

O credenciamento junto ao Ministério da Saúde é fundamental para garantir repasses financeiros federais e, consequentemente, a sustentabilidade do atendimento prestado à população. Da mesma forma, o conhecimento sobre o custo de manutenção de cada unidade e a origem dos recursos aplicados permite uma análise mais precisa da eficiência da gestão pública.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA